



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1989

ANO XV

Ato da Comissão Executiva:

RESOLUÇÃO Nº 001/89

Data: 27.02.89

Símula: Altera a redação do § 3º, do artigo 23, da Resolução n. 003/88. (Prorroga até às 17:00 horas do dia 20.03.89).

A Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - O § 3º, do art. 23, da Resolução n. 003/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 -

§ 3º - As propostas poderão ser apresentadas até às dezessete horas do dia 20 de março de 1989, perante a Comissão Constitucional, a quem caberá dizer da observância às formalidades legais exigidas e proferir a decisão competente, pronunciando-se, inclusive, sobre o mérito.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 27.02.89.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 004.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1989.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Aribal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo

Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nêvo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Paulino José Delazert, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência defere e fará chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de votação. Logo após, a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - 25 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para deliberação. Esta Presidência fará a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, quantos votos foram apurados em favor da aprovação da Ata?

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - 25 votos, Sr. Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Ah!, mas nem com computador eletrônico dopado. Vossa Excelência me desculpe, tem que se contar os votos que estão no Plenário. O fato de 25 Srs. Deputados terem respondido a chamada, não significa que estejam aprovando a Ata.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Vamos repetir a questão da verificação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Verificado, tem que anunciar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Eu anunciei o resultado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Anunciou, mas não deu os números, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu lamento a posição do Deputado Edmar Luiz Costa, quando põe em dúvida a credibilidade da Mesa da Assembléia Legislativa, Mesa que Vossa Excelência ajudou a eleger. Aqui já tem mais de 32 Deputados. Eu gostaria de fazer chamada nominal e conferência dos votos. Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, eu continuo insistindo e então requeiro que se instale processo de votação nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu requeiro uma nova verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Num ato de liberalidade desta Mesa, eu vou conceder a verificação. Os Srs. Deputados permaneçam sentados, por gentileza.

Os Srs. Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se, por gentileza. 26 Srs. Deputados aprovam a Ata. Está aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que leia o expediente que se encontra sobre a Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Lê o expediente.)

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Muito obrigado.

Requeiro a Vossa Excelência que determine ao 1º Secretário a leitura da Resolução ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que faça a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Procede à leitura da súmula da Resolução).

Passa à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Of. nº 14/89

Curitiba, 06 de março de 1989.
Senhor Presidente.

Atendendo às disposições Constitucionais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência projeto de Lei propondo a alteração da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e outras providências.

Para melhor exame dos ilustres componentes dessa Augusta Casa de Leis, encaminho, em anexo, as razões que justificam a aprovação do projeto, bem como a legislação pertinente.

Agradecendo a atenção, valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e estima.

(a) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do
Tribunal de Justiça.

PROJETO DE LEI

Qualifica em Entrância Especial a Comarca de Curitiba, altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências.

"Art. 1º - A Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 41 -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI - Juiz de Direito de entrância especial."

"Art. 51 -

§ 1º - Nas comarcas de entrância final e especial, a direção do forum será exercida por um dos juizes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, sob indicação do Órgão Especial e designação do Presidente do Tribunal de Justiça."

"Art. 207 -.....

I -

II-

III- 76 (setenta e seis) Juizes de Direito de entrância especial, sendo:

51 (cinquenta e um) titulares de varas e 25 (vinte e cinco) substitutos;

IV- 49 (quarenta e nove) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

41 (quarenta e um) titulares de varas e 8 (oito) substitutos;

V -106 (cento e seis) Juizes de Direito de entrância intermediária;

VI - 89 (oitenta e nove) Juizes de Direito de entrância inicial;

VII- 38 (trinta e oito) Juizes Substitutos e

VIII- 496 (quatrocentos e noventa e seis) Juizes de Paz.

"Art. 208 - As comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de Seção Judiciária, são classificadas em quatro entrâncias: inicial, intermediária, final e especial, reservada esta exclusivamente para a Comarca de Curitiba."

"Art. 209 -.....

I - de entrância final: Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Parágrafo Único - O inciso II do parágrafo terceiro do artigo 76 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76 -.....

§ 1º-.....

§ 2º-.....

§ 3º-.....

I -.....

II- os Juizes de Direito de entrância especial auferem 90% (noventa por cento) dos vencimentos determinados para os Desembargadores.

Art. 2º- Aos atuais Juizes de entrância final, ativos e inativos, são assegurados, para todos os efeitos legais, os direitos, vantagens e classificação de entrância especial.

Parágrafo Único - Os Juizes de Direito de entrância final, em exercício na data da publicação desta lei, terão prioridade no preenchimento dos cargos de entrância especial.

Art. 3º- O vencimento básico do cargo de Juiz Substituto é fixado em NCZ\$ 1.012,45 (um mil, doze cruzados novos e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Único - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da

magistratura federal são aplicadas à mencionada quantia, observada a dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 4º- A presente lei entra em vigor na data da sua publicação e os seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1º de janeiro de 1989.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO:

1. A Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988 preceitua, em seu artigo 126, que, "para dirimir os conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juizes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias". O Estado do Paraná, porém, não conta com entrância especial. Não obstante, faz-se presente o atendimento à determinação constitucional, não só para serem resolvidas as questões agrárias cristalizadas em processos já instaurados, quanto como medida preventiva para a eventual intensificação de conflitos dessa ordem, tanto mais se vislumbrando essa possibilidade quando se tem em mira que, estando previstas eleições para o fluente ano de 1989, as respectivas campanhas proporcionam natural estimulação de certos anseios, com o que poderá haver o desencadeamento aludido.

Por isso, e sobretudo para que haja obediência ao comando constitucional de clara imperatividade, o que externa sua imediata aplicabilidade, é proposta a qualificação da comarca de Curitiba em entrância especial, como fórmula mais ágil para a consecução do objetivo em tela.

É certo que a Constituição Estadual vigente (Emenda nº 3, de 29.05.71), no seu artigo 104, estabeleceu que serão três as entrâncias da carreira da magistratura. No entanto, foram elas classificadas em entrância inicial, entrância intermediária e entrância final pelo Código de Organização Judiciária do Estado (Lei nº 7.297, de 08.01.80), cujo artigo 41, ademais, previu outros cargos da referida carreira, conforme a redação estabelecida pela Lei nº 8.623, de 08.12.87, verbis:

"Art. 41 - A Magistratura na primeira instância é constituída de:

I - Juiz Substituto;

II- Juiz de Direito de entrância inicial;

III- Juiz de Direito de entrância intermediária;

IV- Juiz de Direito Substituto;

V - Juiz de Direito de entrância final.

Assim, constata-se, de um lado, que o preceito constitucional exige sejam designados juizes de entrância especial para a específica prestação jurisdicional, enquanto que, de outro, a conjugação das normas estaduais evidencia ter havido derrogação da regra restritiva de três entrâncias, porque somente com a criação da indigitada entrância especial será possível a imediata aplicação do salutar comando. Por essa razão, nenhum é o óbice para que o Código de Organização Judiciária amplie o número de entrâncias, já que a restrição da Constituição Estadual se encontra derrogada pelo artigo 126 da Constituição Federal, que inovou, claramente exigindo a qualificação de juizes de entrância especial para a função jurisdicional apontada. Daí, pois, a qualificação da comarca da Capital do Estado para esse mister.

Com tal objetivo, o projeto, em seu art. 1º, dá nova redação aos pertinentes artigos do Código de Organização Judiciária, enquanto que, em seu parágrafo, faz adequação da regra que estabelece o escalonamento dos vencimentos dos magistrados, dentre as diversas entrâncias.

A reiterada realização de concursos para o ingresso na carreira da magistratura tem sido precipuamente determinada pelo sempre crescente número de pedidos de aposentadoria voluntária, efetuados pelos juizes em atividade, cuja causa mais enfaticamente apontada tem sido os deficientes níveis de remuneração. Cresce de realce tal circunstância quando se observa a dificuldade para o recrutamento de jovens vocacionados para a função jurisdicional, os quais, como é de conhecimento de quantos militam no meio forense, procuram realizar-se nessa carreira, mas em cargo da magistratura federal, ou de outros Estados.

Na realidade, com os vencimentos atuais brutos de Ncz\$ 1.194,89 (Hum mil, cento e noventa e quatro cruzados novos e oitenta e nove centavos), apresenta-se palpavelmente desestimulante tornar-se Juiz no Estado do Paraná, tanto mais que, dessa quantia, hão de ser subtraídos a contribuição previdenciária e o imposto de renda, de sorte que o líquido resulta insuficiente para o atendimento das despesas essenciais, mesmo para uma família de poucos membros. Dentre as despesas aludidas, sobressai a inafastável necessidade da aquisição de livros jurídicos - que é o instrumento de trabalho do magistrado, necessidade esta que não se atenuem ao longo do tempo, ante a incessante alteração do nosso Direito Positivo.

Por isso, o Projeto fixou a importância de Ncz\$ 1.012,45 (Hum mil, doze cruzados novos e quarenta e cinco centavos)

para o vencimento básico, ao qual é acrescida a verba de representação prevista pela Lei Estadual nº 8.089, de 05.06.85, em cento e setenta por cento (170%), o que vem a totalizar NCz\$ 2.733,62 (dois mil, setecentos e trinta e três cruzados novos e sessenta e dois centavos), quantia que se encontra, não obstante, aquém do patamar fixado pela União para os seus Juizes Substitutos. Com efeito, as Leis Federais nºs 7.722 e 7.723, de 06.01.89, e 7.728, de 09.01.89, ao estabelecerem a remuneração do início da carreira da Magistratura do Trabalho e do Distrito Federal, respectivamente, determinaram a quantia de NCz\$ 742.620,00 a partir de 06 de outubro de 1988. Com o acréscimo de 190% (cento e noventa por cento) de verba de representação prevista pelo Decreto-Lei 2.371, de 18.11.87, e das URPs de novembro/88 (21,39%), dezembro/88 (26,05%) e janeiro/89 (26,05%), essa quantia ascende para a atual remuneração de NCz\$ 4.153,67 (Quatro mil, cento e cinquenta e três cruzados novos e sessenta e sete centavos) - o que ainda ultrapassa em mais de 50% a remuneração proposta. Tal diferença, contudo, é compreensível em face das dificuldades financeiras que, segundo revela o Poder Executivo, o Estado está atravessando.

Com o Projeto, em suma, é corrigida a distorção, para que a prestação jurisdicional no Paraná não sofra miastenia em seu nível qualitativo, possibilitando, assim, a realização profissional dos paranaenses na sua própria magistratura. E o parágrafo procura não distanciar, em termos relativos e reais, os níveis da remuneração. VENCIMENTO BÁSICO DO S.T.F. - LEI 7.721, de 06.01.89 Cz\$ 828.250,00, a partir de 06 de outubro de 1988.

- Em 01.11.88, acréscimo de 21,39% (U.R.P.) Cz\$ 1.005.412,68

- Em 01.12.88, acréscimo de 26,05% (U.R.P.) Cz\$ 1.267.322,68.

- Em 01.01.89, acréscimo de 26,05% (U.R.P.) Cz\$ 1.597.460,24 ou NCz\$ 1.597,46.

VENCIMENTO BÁSICO	NCz\$ 1.597,46
Verba de Representação	
(222%) - Decreto-Lei	
2.371, de 18.11.87	NCz\$ 3.546,36
Subtotal	NCz\$ 5.143,82
+ 35%	NCz\$ 1.800,34
TOTAL	NCz\$ 6.944,16

REMUNERAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO DA UNIÃO

Vencimento básico de JUIZ SUBSTITUTO (cargo inicial da carreira) da Justiça do Trabalho (Lei 7.722, de 06.01.89), da Justiça Militar (Lei 7.723, de 06.01.89), da Justiça do Distrito Federal (Lei 7.728, de

09.01.89), a partir de 06 de outubro de 1988= Cz\$ 742.620,18.

- Em 01.11.88, acréscimo de 21,39% (URP) Cz\$ 901.466,41.

- Em 01.12.88, acréscimo de 26,05% (URP) Cz\$ 1.136.298,40.

- Em 01.01.89, acréscimo de 26,05% (URP) Cz\$ 1.432.304,10 ou Ncz\$ 1.432,30.

VENCIMENTO BÁSICO Ncz\$ 1.432,30

VERBA DE REPRESENTAÇÃO

(190%) DECRETO-LEI 2.371, de 18.11.87

Ncz\$ 2.721,37

TOTAL

Ncz\$ 4.153,67

90% DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REMUNERAÇÃO DO S.T.F.

Ncz\$ 5.143,82

90%

Ncz\$ 4.629,44

APLICAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ COM O CÁLCULO DE VERBA DE REPRESENTAÇÃO DE 170%, COM A CRIAÇÃO DA ENTRÂNCIA ESPECIAL

DESEMBARGADOR

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.714,61

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.914,83

TOTAL

Ncz\$ 4.629,44

TRIBUNAL DE ALÇADA (5%)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.628,88

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.769,10

TOTAL

Ncz\$ 4.397,98

ENTRÂNCIA ESPECIAL (10%)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.543,15

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.623,36

TOTAL

Ncz\$ 4.166,51

ENTRÂNCIA FINAL (10%)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.388,83

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.361,01

TOTAL

Ncz\$ 3.749,84

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (10%)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.249,95

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.124,92

TOTAL

Ncz\$ 3.374,87

ENTRÂNCIA INICIAL (10%)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.124,95

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 1.912,42

TOTAL

Ncz\$ 3.037,37

JUIZ SUBSTITUTO (10%)

Ncz\$ 1.012,45

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.012,45

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 1.721,17

TOTAL

Ncz\$ 2.733,62

REMUNERAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO DO PARANÁ

VALOR ATUAL (31.01.89)

VENCIMENTO

Ncz\$ 442,55

REPRESENTAÇÃO (170%)

Ncz\$ 752,34

TOTAL

Ncz\$ 1.194,89

VALOR PROPOSTO (QUATRO ENTRÂNCIAS)

VENCIMENTO

Ncz\$ 1.012,45

REPRESENTAÇÃO (170%)

Ncz\$ 1.721,17

TOTAL

Ncz\$ 2.733,62

REMUNERAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO DA UNIÃO

VENCIMENTO (31.01.89)

Ncz\$ 1.432,30

REPRESENTAÇÃO (190%)

Ncz\$ 2.721,37

TOTAL

Ncz\$ 4.153,67

DIFERENCIAL ENTRE JUIZ SUBSTITUTO DA UNIÃO E DO ESTADO DO PARANÁ.

REMUNERAÇÃO ATUAL

- Diferença

Ncz\$ 2.958,78

Atualmente, o Juiz do Paraná percebe 28,7% da remuneração do Juiz Substituto da União.

REMUNERAÇÃO PROPOSTA

- Diferença

Ncz\$ 1.420,05

Com a proposta, o Juiz do Paraná perceberá 52% da remuneração do Juiz da União.

REMUNERAÇÃO DE DESEMBARGADOR EM 31.09.89

VENCIMENTO BÁSICO

Ncz\$ 682,94

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 1.161,00

REMUNERAÇÃO

Ncz\$ 1.843,94

+ ADICIONAIS DE 35%

Ncz\$ 750,60

SUBTOTAL

Ncz\$ 2.594,54

+ ANUÊNIOS

Ncz\$ 716,76

TOTAL

Ncz\$ 3.311,30

PROPOSTA

VENCIMENTO BÁSICO

Ncz\$ 1.714,61

REPRESENTAÇÃO

Ncz\$ 2.914,83

TOTAL

Ncz\$ 4.629,44

PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7.722, de 06 de Janeiro de 1989.

Dispõe sobre as remunerações dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e Juizes do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração básica dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho é fixada no valor de Cr\$ 812.007,00 (oitocentos e doze mil e setenta e sete cruzados).

§ 1º - As remunerações dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juizes Presidentes de Junta de Conciliação e Julgamento e dos Juizes do Trabalho Substitutos são fixadas respectivamente nos valores de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados), Cr\$ 771.070,00 (setecentos e setenta e um mil e setenta e sete cruzados) e Cr\$ 742.620,00 (setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte cruzados).

§ 2º - A verba de representação mensal dos Ministros e dos Juizes a que se referem o caput e o § 1º deste artigo corresponde aos percentuais estabelecidos pelo Decreto-lei nº 2.371, de 16 de novembro de 1987, acrescido o pertinente aos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho de 6 (seis) pontos percentuais.

§ 3º - As remunerações dos Magistrados de que cogite esta Lei, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais observaram o limite previsto no inciso V do artigo 53 da Constituição Federal.

Art. 2º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre a remuneração básica e a representação.

§ 1º - Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

Art. 3º - (V E T A D O).

Art. 4º - Aplicam-se aos Ministros e Juizes aposentados da Justiça do Trabalho as disposições constantes desta Lei.

Art. 5º - As remunerações e vantagens fixadas nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidos os valores correspondentes auferidos, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se o Decreto-lei nº 2.019, de 28 de março de 1983 e demais disposições em contrário.

Brasília, em 06 de Janeiro de 1989;

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7.721, de 06 de Janeiro de 1989.

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cr\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzados).

Parágrafo único - A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 16 de novembro de 1987.

Art. 2º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

§ 1º - Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

§ 2º - A remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais (adicionais por tempo de serviço), não poderá ultrapassar o limite previsto no art. 37, inciso XII, da Constituição Federal.

Art. 3º - (V E T A D O).

Art. 4º - Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5º - Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidos as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se o Decreto-lei nº 2.019, de 28 de março de 1983, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 06 de Janeiro de 1989;

JOSE SARNEY
Paulo Brossard



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

AVULSOS

ANO CXXVII — Nº 7 TERÇA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1989 BRASILIA — DF
DOI — Página 571

PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7.728, de 09 de Janeiro de 1989.

Dispõe sobre as remunerações dos Desembargadores, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos, Juizes de Direito dos Territórios, integrantes de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração básica dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é fixada no valor de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

§ 1º - A remuneração básica dos Juizes de Direito do Distrito Federal e dos Juizes de Direito dos Territórios é fixada em Cr\$ 771.070,00 (setecentos e setenta e um mil e setenta cruzeiros) e a dos Juizes de Direito Substitutos do Distrito Federal é fixada em Cr\$ 742.620,18 (setecentos e quarenta e dois mil e seiscentos e vinte cruzeiros e dezoto centavos).

§ 2º - A verba de representação dos Juizes a que se refere este artigo continua a corresponder o percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987, majorado o percentual de Desembargador em seis pontos.

§ 3º - As remunerações dos Magistrados de que cogita esta Lei, considerado básico, a verba de representação e vantagens pessoais observarão o limite previsto no inciso V do art. 93 da Constituição Federal.

Art. 2º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre a remuneração básica e a representação.

Parágrafo único - Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

Art. 3º - (VETADO).

Art. 4º - Aplicam-se aos Desembargadores e Juizes aposentados da Justiça do Distrito Federal e Territórios as disposições constantes desta Lei.

Art. 5º - As remunerações e vantagens fixadas nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidos os valores correspondentes auferidos, desde então, com base na legislação vigente.



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

AVULSOS

ANO CXXVII — Nº 6 SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 1989 BRASILIA — DF
DOI — Página 487

PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7.723, de 06 de Janeiro de 1989.

Dispõe sobre as remunerações dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juizes da Justiça Militar Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração básica dos Ministros do Superior Tribunal Militar é fixada no valor de Cr\$ 812.067,00 (oitocentos e onze mil e sessenta e sete cruzeiros).

§ 1º - As remunerações do Juiz-Auditor Corregedor, dos Juizes-Auditores e dos Juizes-Auditores Substitutos são fixadas respectivamente nos valores de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), Cr\$ 771.070,00 (setecentos e setenta e um mil e setenta cruzeiros) e Cr\$ 742.620,00 (setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte cruzeiros).

§ 2º - A verba de representação mensal dos Ministros e dos Juizes a que se refere o caput e o § 1º deste artigo corresponde aos percentuais estabelecidos pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

§ 3º - As remunerações dos Magistrados de que cogita esta Lei, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais observarão o limite previsto no inciso V do art. 93 da Constituição Federal.

Art. 2º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre a remuneração básica e a representação.

Parágrafo único - Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

Art. 3º - (VETADO).

Art. 4º - Aplicam-se aos Ministros aposentados do Superior Tribunal Militar e aos Juizes da Justiça Militar Federal aposentados as disposições constantes desta Lei.

Art. 5º - As remunerações e vantagens fixadas nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

LEGISLAÇÃO

— 771 —

FEDERAL

DECRETO-LEI N. 2.371 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos e a representação mensal devida aos ocupantes dos cargos de natureza especial e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União são os especificados nos Anexos deste Decreto-Lei.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Aluizio Alves.

LEGISLAÇÃO

— 773 —

FEDERAL

ANEXO II

(Artigo 1.º do Decreto-Lei n. 2.371, de 18 de novembro de 1987)

Membros da Magistratura e do Tribunal de Contas da União	Vencimento	Percentual da Representação Mensal
Supremo Tribunal Federal:		
Ministro do Supremo Tribunal Federal	40.699,80	222
Justiça Federal:		
Ministro do Tribunal Federal de Recursos	36.590,33	212
Juiz Federal	35.235,13	194
Justiça Militar:		
Ministro do Superior Tribunal Militar	36.590,33	212
Auditor Corregedor	35.912,73	196
Auditor Militar	35.235,13	194
Auditor Substituto	34.557,53	190
Justiça do Trabalho:		
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	36.590,33	212
Juiz do Tribunal Regional do Trabalho	35.912,73	196
Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento	35.235,13	194
Juiz do Trabalho Substituto	34.557,53	190
Justiça do Distrito Federal e Territórios:		
Desembargador	35.912,73	196
Juiz de Direito	35.235,13	194
Juiz Substituto	34.557,53	190
Tribunal de Contas da União:		
Ministro do Tribunal de Contas da União	36.590,33	212
Auditor do Tribunal de Contas	35.912,73	120

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 065/88, que torna obrigatório a adoção do vale-transporte para os servidores públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Passados mais de três anos da instituição do vale-transporte, os milhares de servidores públicos do Estado do Paraná ainda não receberam os benefícios da Lei n. 7.418, de 16.12.85.

Corrigir essa falha não é apenas fazer justiça aos que prestam serviços ao Estado. Diante da grave crise econômica, trata-se de atender a uma necessidade dos nossos servidores públicos.

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação, para os projetos de lei constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HELVÍDIA BARBOSA PIANARO, prematuramente ocorrido no dia 28 de fevereiro próximo passado, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, Requer, ainda, que do presente seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Engenheiro Tourinho, 1200 - Campo Largo - PR., CEP 83.600.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O prematuro falecimento da Senhora Helvídia Barbosa Pianaro chocou a cidade de Campo Largo. Era filha do casal Victor de Almeida Barbosa e Cecy Barbosa, sendo ele uma das maiores lideranças que aquela cidade conheceu. Casada com Antonio Edson Pianaro, deixa os seguintes filhos: Chris-

tiane, esposa de Henrique Chemim, Sydney, Antônio, Mariângela e Milena.

REQUERIMENTO N° 105

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Milcent.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Paulo Milcent, trabalhou durante 20 anos a serviço da TELEPAR, onde atualmente exercia o cargo de Assistente da Presidência, digno exemplar funcionário marcou e prestou relevantes serviços à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO N° 106

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Excelentíssimo Dom José Martinetz - Bispo da Igreja Católica Ucrâniana do Brasil.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimo Dom José Martinetz, nascido na cidade LVIV (Ucrânia) em 1903. Veio para o Brasil em 1912, estabelecendo-se na cidade de Prudentópolis. Em 1922 retornou à Ucrânia, onde fez curso preparatório para o sacerdócio, e em 1925 foi enviado a Roma doutorando-se em Teologia Dogmática. Ordenado sacerdote em 1928 e no ano de 1935, retorna ao Brasil, naturalizando-se brasileiro. Além de seus trabalhos pastorais, foi co-fundador do seminário São José de Prudentópolis dirigido pelos padres Basilianos. Grande incentivador da imprensa, foi também redator do jornal "A PRACIA". Eleito provincial dos Padres Basilianos em 1948; e em 1958 ordenado Bispo dos Ucrânicos Católicos do Brasil para a catedral de São João Batista, na Av. Kennedy em Curitiba.

Um homem simples e humilde, soube captar a simpatia entre os fiéis e organizar melhor a sua Igreja. Fundou várias paróquias e o Seminário Menor em Mallet. Em 1971 criada a Diocese de São João Batista, para os ucranianos católicos no Brasil - Dom José Martinetz foi nomeado Bispo Titular. Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1989, foi sepultado na Kripta da catedral de São João Batista em Curitiba.

REQUERIMENTO N° 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar à família Canali, pelo falecimento da Senhora Ioni Luci Canali, ocorrido no último dia 04, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Ioni Luci Canali dedicou toda a sua vida ao ensino escolar, tendo sido a primeira professora primária deste Deputado, chegando mais tarde à Direção do Departamento de Educação e Cultura de Campo Mourão.

Com seu falecimento nosso Estado e principalmente nosso município perde a grande orientadora e incentivadora, que tanto contribuiu para a formação pedagógica de milhares de alunos.

REQUERIMENTO N° 124

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de pesar pelo prematuro falecimento do amigo e companheiro Augusto Leite, - "Gustão", - ocorrido na cidade de Santo Antônio da Platina, bem como, determinar o envio de cópia deste requerimento ao Senhor Nelson Leite, residente à Rua Santos Dumont-Vila Ribeiro, em Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Quem era Augusto Leite?! ... poucos, talvez, saberiam responder. Mas, se perguntarmos, quem foi o popular "Gustão", a cidade inteira responderia unisonamente.

Gustão foi aquela figura extremamente simples, humilde e pacata, características que ocultavam o cidadão responsável, o profissional diligente, o filho amoroso, o irmão compreensivo, o atleta respeitado, o companheiro fiel. Foi um verdadeiro cavalheiro, pela sua conduta elegante, seu ar sóbrio e seu comportamento honesto.

Como atleta, jogou pela Portuguesa de Desportos e Platinense.

No campo, era aclamado pelos torcedores platinenses, com jogadas e lances certos e inteligentes, jogando sempre limpo, com educação e respeito aos adversários. Como cidadão, "Gustão", exerceu a profissão de eletricitista, atendendo a todos que o buscavam, sempre com cordialidade e solicitude.

Semblante tranqüilo, ar austero, mas sempre com um leve sorriso entreaberto, "Gustão" não tinha vaidades ou sutilezas. Agradava a todos e por todos era respeitado. Sua existência foi pautada no cumprimento das obrigações, na seriedade de sua amizade e no respeito ao próximo. Bom fi-

lho, excelente irmão e amigo, transmitia carinho, amor e compreensão.

Sua ausência, amigo "Gustão", abre, desde já, um espaço vazio, eivado por muita dor, tristezas e saudades. Você foi, "Gustão", um exemplo dignificante de vida, não só pela pureza de sua alma, pela sua formação moral, pela conduta retilínea, mas, sobretudo, pela sua bondade.

Que Deus reserve em seu reino, um lugar especial para você.

Que nosso modesto tributo, seja um reconhecimento a sua postura elegante de "homem de bem" e pela sua grande humildade.

REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Renato Muniz Ribas, ocorrido no último dia 28, nesta Capital.

Requer, outrossim, que a manifestação desta Casa seja levada a conhecimento da família enlutada, à Rua Francisco Rocha, 1735, ap. 701, nesta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Renato Muniz Ribas, jornalista da velha cepa dos profissionais de imprensa do Paraná, foi um profissional que honrou a sua profissão, já por si ilustre e socialmente respeitada. Tendo começado sua militância pelo jornal Tribuna do Paraná em 1956, Renato passou em 1958, para o Jornal Correio do Paraná, onde ocupou o cargo de Secretário de Redação, até 1965. Atualmente desempenhava sua atividade na Gazeta do Povo, onde era o Editor da Página do Interior.

Prestou assessoria ao prefeito Jaime Lerner, em sua primeira gestão; trabalhou na assessoria de imprensa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; aposentou-se como jornalista do Tribunal de Contas e, ultimamente, dava assistência de comunicação social à Bolsa de Mercadorias do Paraná.

Destacar a vida profissional de Renato Muniz Ribas não completa sua biografia. Devemos registrar também sua personalidade aberta e amigável, que soube enfrentar os tempos difíceis do arbítrio sem jamais se afastar dos amigos, mesmo quando acuada pelos poderosos do dia. Também merece destacar o amor entranhado de Renato Muniz Ribas pela Lapa ancestral, onde seu corpo, hoje, repousa para a eternidade.

REQUERIMENTO N° 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações pelo transcurso no dia 08 de março, como "Dia Internacional da Mulher".

Que da decisão da Casa, se dê ciência as Senhoras Deputadas Ironi Pugliesi, Vera Antonia W. Agibert, Amélia Hruschka e Senhoras Vereadoras Rosa Maria Chiamulera, Laís Peretti e Nelly Almeida, como representantes da Mulher em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A mulher indiscutivelmente neste momento histórico, ganha destaque e eminência. Ela sabe ocupar um espaço mais amplo no campo das decisões. A Mulher que representa mais de 40% da força do trabalho ativo no Brasil, exige o reconhecimento de seus direitos. E os seus valores e reconhecimento são comemorados no dia 08 de março. O mundo presta homenagem a essas mulheres maravilhosas de todas as categorias sociais. Parabéns a todas as mulheres do mundo, do Brasil e principalmente do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a AVIPAR-ASSOCIAÇÃO DOS ABATEDOUROS E PRODUTORES AVÍCOLAS DO PARANÁ, na pessoa de seu Presidente Senhor Roberto Flávio Pecoits congratulando esta entidade pela realização do 1° Encontro Sul Brasileiro de Avicultura, Avisul, a realizar-se no período de 05 a 07 de abril de 1989 nesta capital.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Jornal "Diário Popular", na pessoa de seu Diretor-Presidente, Senhor Abdo Aref Kudri, cumprimentando-o e a toda sua equipe jornalística pela transcurso do 26° aniversário deste matutino.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 111

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a inserção em Ata, de "Votos de Congratulações" com a Universidade Federal do Paraná, pelo transcurso

dos 25 anos de funcionamento do Curso de Comunicação.

O Curso de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, nos 25 anos de funcionamento formou mais de mil profissionais e, a partir da presente data, passa a oferecer uma formação ainda melhor aos estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Humanas, com a aquisição de modernos equipamentos.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Reitor, Riad Salamuni, da Universidade Federal do Paraná, assim como ao Senhor Diretor do Curso de Comunicação.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Comunicação é parte integrante da vida deste Deputado, pois representa seu instrumento de trabalho, assim como de seus filhos: um concluindo, em data de ontem, o Curso de Comunicação da UFPR e outro entrando no mesmo. Assim, sabemos da importância, para a sociedade, do comunicador bem formado e preparado para levar a "comunicação para a verdade". O Curso de Comunicação, embora as dificuldades, tem cumprido o seu papel, especialmente pelo esforço e dedicação de seus professores e dirigentes.

REQUERIMENTO N° 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações às mulheres pelo "Dia Internacional da Mulher", que transcorre no dia 08 de março.

Solicita, ainda, que se dê ciência da aprovação à Comissão Permanente dos Direitos da Mulher.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A mulher, hoje, indiscutivelmente, ocupa lugar de destaque neste mundo atual, onde representa quase que 50% (cinquenta por cento) da força do trabalho ativo brasileiro, tendo seus direitos verdadeiramente reconhecidos quando lhe foi instituído o dia 08 de março, para comemorar o seu "Dia Internacional".

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos Trabalhos da pre-

sente Sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Guapirama, ocorrida no dia 02 próximo passado, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja, inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Senegés, ocorrida no dia 01 próximo passado, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor ABDO AREF KUDRI, fundador e Diretor-Presidente do Diário Popular.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre jornalista.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Diário Popular", fundado e dirigido pelo ilustre jornalista ABDO AREF KUDRI, iniciou suas atividades há 26 anos, em março de 1963, tendo surgido em um período de crise política, econômica e institucional. Seu fundador manteve a linha independente do Diário desde a sua fundação, sempre na vanguarda da imprensa paranaense, em defesa das lutas diárias de interesse do povo, sendo hoje considerado um dos matutinos mais tradicionais de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado cópia do presente requerimento ao Senhor Secretário de Saúde DELCINO TAVARES, no sentido de urgenciar providências para a implantação de um Projeto de Saneamento Comunitário Rural nas comunidades Linhas Três Palmeiras, União e Santa Luzia dos Municípios de São Jorge d'Oeste e São João.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Saneamento Comunitário Rural, nos Municípios de São Jorge d'Oeste e São João, elaborado pela EMATER-PARANÁ, ajudará na solução dos mais diversos problemas enfrentados por famílias carentes, que habitam a área rural.

Com a liberação deste Projeto, 1.300 (mil e trezentas) pessoas serão beneficiadas, principalmente crianças que são as maiores vítimas de falta de saneamento nas pequenas propriedades rurais, pois enfrentam problemas como verminose, desnutrição, desidratação, anemia, fome, etc.

Para suprir a desnutrição produzida pela expoliação por verminose, especialmente expoliação proteica, seriam necessárias centenas de quilos de alimentação, pois as crianças já desnutridas, somada a infestação por verminose, são sérias candidatas a contrair diversos tipos de doenças infecciosas. São gastos somas enormes em vermífugos. Alimentos e leitos hospitalares que não quebram o ciclo da origem da doença, pois são medidas curativas e não preventivas, pois a raiz da doença está na precária situação de saneamento e abastecimento d'água.

Não nos é dado o direito de ficarmos inertes para um problema de tamanha emvergadura. Vamos nos empenhar na resolução agora, para que não sejamos os responsáveis amanhã.

Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia - APROSANTA, Senhor Antonio Guginski e aos Senhores Vereadores do PMDB de São Jorge d'Oeste, Luiz Raimundo Corti, Anselmo V. Tensini, Valmir Carletto e Osvaldir Winharski.

REQUERIMENTO N° 115

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de REPRESENTANTE OFICIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à

audiência que se realizará às 9:00 horas do dia 08 de março de 1989 em Brasília-DF, com o Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho e com o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, sobre as providências à conclusão das obras da fonte de Ilha Grande sobre o Rio Paraná em Guaíra-Pr.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Ao menos em tese, as obras da ponte sobre o Rio Paraná, em Guaíra, estão paralisadas desde há alguns meses, depois de dispendermos do Governo Federal 135 milhões de dólares, e ter-se concluído mais de 70% da sua execução.

Autoridades estimaram que essa ponte depende, hoje, da aplicação de outros 35 milhões de dólares, para a sua conclusão que virá a beneficiar um tráfego já existente de 75 mil veículos por mês.

Uma audiência para tratar de uma obra de tão grande importância ao Paraná, não poderá, de maneira alguma, deixar de ter um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Diretor Presidente da Telepar, Senhor Fernando Xavier Ferreira, solicitação de instalação de um posto de serviços ou "orelhão" no Restaurante e Lanchonete Recanto da Serra, situado o Bairro Serra do Caete, na Rodovia do Cerne - Município de Curitiba, o qual poderá ser instalado, inclusive, através de participação do Município de Curitiba.

Tal solicitação se faz em função de que o bairro referido possui de 400 a 500 habitantes, além do trânsito normal de veículos e pessoas na mencionada rodovia, ficando esclarecido também que o local onde se pretende o benefício, dista 5 km da sede do Município de Curitiba.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ainda ao Senhor Aristeu da Aparecida Mainardes, cujo endereço é o seguinte: Rodovia do Cerne Km 88, Serra do Caete- Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição repasse verbas para a construção de suas salas de aula, reforma da quadra esportiva e pintura interna e externa da Escola Gal. Carneiro, do Município de Roncador, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de existir a urgente necessidade de se conseguir tais melhorias para que, através desta medida, a referida instituição de ensino continue prestando o serviço educacional adequado à comunidade roncadoreense, como sempre fez.

Atualmente a escola não conta com salas de aula em número suficiente, capaz de abrigar a grande quantidade de alunos que, esse ano principalmente, sofreu um acréscimo considerável. Sua quadra esportiva, em péssimo estado de conservação, não permite a prática de Educação Física, além da pintura interna e externa da escola, estar amplamente desgastada.

É necessário, portanto, que se atente para o caso, buscando resolvê-lo no prazo mais breve possível, evitando assim prejuízos na área de ensino do referido município.

REQUERIMENTO N° 081

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Doutor Abrahão Miguel, solicitação visando elevar o Município de Borrazópolis à Comarca Judiciária.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O município de Borrazópolis conta, atualmente, com um número expressivo de habitantes; seu desenvolvimento econômico desponta na região norte como um dos mais relevantes; o crescimento das culturas agrícolas, bem como da iniciativa privada em várias áreas do mercado local vem sendo constante e rápido. Esta situação de desenvolvimento faz aumentar, o que é plenamente característico e justificável, a procura do poder judiciário para a resolução de problemas do dia-a-dia que são produtos do crescimento e ascensão da comunidade.

Ocorre, entretanto, que os municípios de Borrazópolis não encontram em sua cida-

de os meios para desenvolverem com maior rapidez e eficiência os litígios que surgem, tendo que se deslocarem, na maioria das vezes, até os municípios de Maringá para encontrarem ressonância aos seus casos. Isto dificulta, sobremaneira o desenvolvimento das ações e, muitas vezes suas soluções, pois o deslocamento faz com que muitos deixem de acionar a justiça para resolverem seus problemas.

São por estes motivos e, pela importância de, hoje, Borrazópolis vir a ser uma Comarca, que trago esta preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 082

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando manter a inclusão do Município de Umuarama no Programa de Módulos Sanitários desenvolvidos por aquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância para o município em questão, uma vez que já colaborou, suficientemente, para suprir vários problemas ligados ao saneamento básico daquela comunidade.

Enquanto outras providências, neste setor, não forem tomadas pela administração pública, encareço que Umuarama continue a fazer parte do referido programa.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo programa Paraná Rural, ao Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o tér-

Curitiba, terça, em 07.03.89

mino de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 084

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOZA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo

Programa Paraná Rural, ao Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 087

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 088

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento

nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 089

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 090

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de dois ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Atônia.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de importância ímpar à comunidade Estudantil de nosso Estado, pois propicia aos escolares o término de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos, colégios ou escolas com o segundo grau; fato este que, enquanto não solucionado totalmente, terá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar as séries finais

Curitiba, terça, em 07.03.89

antes da faculdade.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão. É por este motivo que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 091

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir o Município de Icaraíma no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir o Município de Francisco Alves, no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras me-

didadas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 093

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir o Município de Xanbrê, no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 094

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir o Município de Alto Piquiri, no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela

administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 095

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir o Município de Altônia, no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de

Curitiba, terça, em 07.03.89

grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal preposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Educação, gestionando pela implantação de supletivo de 1° e 2° graus na Escola Estadual Protásio de Carvalho, nesta Capital.

A reivindicação, que não é nova, toma corpo a cada dia, em função do grande número de jovens que, obrigados a ingressar no mercado de trabalho para colaborar no orçamento familiar, são impedidos de prosseguir seus estudos no ensino regular e, ato contínuo, obrigados também a procurar os estabelecimentos particulares de ensino supletivo, assumindo o elevado ônus disso advindo ou, como tem acontecido com maior incidência, abandonar os estudos.

A região que abriga a Escola Estadual Protásio de Carvalho, sofreu um inaudito "inchago" populacional nos últimos anos, surpreendendo, inclusive, a rede escolar que atendia à comunidade, haja vista o reduzido número de vagas que oferece e a inexistência de ensino supletivo, hoje

reconhecidamente necessário para especialização e preparação de um grande contingente de jovens fora da idade para atendimento através do ensino regular.

Apelamos, portanto, à sensibilidade da Secretaria de Educação, no sentido de evidenciar os maiores esforços pela conquista dessa reivindicação, há tanto, de tão merecedora comunidade.

Que da decisão desta Egrégia Casa, dê-se ciência à Associação de Pais e Mestres e à Direção Geral da Escola Estadual Protásio de Carvalho.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para a execução das obras de revestimento primário da estrada que liga Teixeira Soares à Guaragi, no Município de Ponta Grossa, no que concerne à liberação com a urgência que o caso requer, de maquinários, caminhões, pessoal, enfim, todo o serviço necessário a sua realização.

Ressalta, ainda, que do mencionado projeto já foi dada ciência ao 15° Distrito Rodoviário, com sede em Irati, bem como providenciada a detonação na jazida de cascalho.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - É proibido o provimento de cargos em Comissão dentro da estrutura administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com parentes em linha reta, colateral e afim, até o terceiro grau, de parlamentares estaduais.

Art. 2° - A proibição expressa no artigo 1° não se aplica quando a investidura em cargo ou emprego público tenha ocorrido nos termos do artigo 37, inciso II e aos servidores públicos que adquiriram estabilidade pelo artigo 19 e parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos da Constituição Federal.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEREU MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição não se reveste de caráter inovador. O Senador Fernando Henrique Cardoso já havia anunciado a intenção de assim proceder face às denúncias da imprensa nacional relacionando inúmeros parentes lotados nos gabinetes do Congresso Nacional.

Nem, tampouco, visa cercear a liberdade dos Senhores Deputados. Apenas restringe a regra absoluta de nomeação em cargos comissionados de parentes, inclusive em seus gabinetes. Entretanto, a própria resolução permite a nomeação sem qualquer constrangimento, do parente que tenha obtido a investidura em cargo ou emprego público através de concurso. Isto está escrito na Constituição Federal. Basta ler o inciso II do Artigo 37, e inciso VII do mesmo Artigo recomenda que "os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidas preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional...".

Bobbio, Matteucci e Pasquino tratam o nepotismo no verbete Corrupção, assim definido: "Se designa o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa". (Dicionário Político, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, pág. 291/2). Os três autores desdobram a corrupção em três tipos: prática da peita, peculato e nepotismo. Este é identificado como forma de concessão de empregos ou contratos públicos baseada não no mérito, mas nas relações de parentela. O grande argumento para se nomear parentes é exatamente o mérito ou a competência do parente! Ora, para que esta argumentação não seja a válvula de escape para as nomeações, remete-se o parente interessado na nomeação às portas do concurso público.

Espanto? Nenhum. O concurso público é a forma obrigatória para o acesso ao serviço público. O resto é argumento falso.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 025/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Conselho Superior da Polícia Militar.

§ 1° - Compõem o presente Conselho, todos os ex-Comandantes e ex-Chefes de Estado Maior, os quais por votação secreta elegerão um Presidente.

§ 2° - O Conselho de que trata a presente lei terá acomodações anexas ao Gabinete do Comando Geral da Corporação.

§ 3° - O Comando Geral da PMPR como-

cará, com os oficiais habilitados pela presente lei para, juntamente com comissão designada, no prazo de 60 dias após a publicação da presente lei, publicar em Boletim Geral da Corporação as atribuições do referido conselho.

§ 4º - A publicação de que trata no § 3º passará a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 026/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PAZ - ACDP, com sede e foro no Distrito de Paz, Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PAZ - ACDP, criada em 26 de junho de 1987, e registrada em Cartório competente daquela localidade tendo como objetivos principais incentivar o bom relacionamento entre entidades e lideranças locais; promover palestras, conferências, fóruns ou campanhas educativas; prestar assistência social, recreativa e técnica; contribuir com estudos e sugestões ou através dos meios disponíveis para o melhor desempenho e eficiência dos órgãos de segurança, saúde e educação; estimular o desenvolvimento e a defesa das atividades econômicas de caráter comum, técnicas, do meio ambiente, do consumidor contra crimes à economia popular e legais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 027/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA, com sede e foro naquela localidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, terça, em 07.03.89

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA, criada em 14 de novembro de 1979 e registrada em Cartório competente daquela localidade, tendo como objetivos principais congregar como órgão representativo da classe dos servidores públicos municipais; defender e assegurar os direitos e interesses dos associados e da classe, prestando-lhes toda a assistência possível; estimular o aperfeiçoamento cultural da classe, para isso proporcionando meios aos associados e respectivas famílias; estudar e empreender outras iniciativas de interesse da associação e da classe; cooperar com o poder público no aperfeiçoamento da administração.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 028/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ilustríssimo Senhor JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Justificativa ao projeto de lei que concede o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Ilustríssimo Senhor João Zenon de Ferreira Bandeira.

Pelos Drummondianos, "Lutar com palavras é a luta mais vã, enquanto lutamos ... mal se rompe a manhã".

No entanto, precisamos das palavras. Precisamos delas para falar com e do universo que nos cerca.

Precisamos das palavras para falar do que há de bom e do há de muito ruim, também.

Sobretudo, precisamos das palavras para falar acerca dos signos.

Dos signos de justiça, de liberdade, de fé, de chão, de trabalho que não se cansa e que se renovando já é luta.

Mas há, apesar de que, com singularidade, em toda sociedade, homens que encarnam esses signos e que, assim o fazendo, são capazes de dispensar a luta com as palavras porque as suas vidas, profissões imarcescíveis de trabalho e correção, marcham por si próprias.

Estamos lutando com as palavras para,

tecendo-as, uma a uma, urdir com fidelidade e clareza um retrato da íncólita vida de João Zenon de Ferreira Bandeira.

Mais importante que conceder qualquer honraria a esse homem é tornar público a admiração e respeito que por ele temos.

Nascido aos vinte e três dias de junho do ano de 1921, na Cidade de Florianópolis, Santa Catarina, João Zenon Bandeira é filho do Senhor Custódio de Ferreira Bandeira e de Dona Tolesília Haberbeck de Ferreira Bandeira.

Neto de João Martins Haberbeck e de Dona Adélia Lobo Haberbeck e do Comendador Dr. Pedro Ferreira de Vianna Bandeira e Dona Maria Sophia Schmidt Ferreira de Vianna Bandeira, Visconde e Viscondessa de Ferreira Bandeira, respectivamente, Zenon Bandeira, homem de linhagem, teve a nobreza na sua mais pura e elevada concepção, seja ela, a da nobreza nos sentimentos.

Iniciou seus estudos no Colégio "Ferreira Lima", de Florianópolis, em 1926, concluindo o Curso Ginásial no Colégio Parthenon Paranaense, no ano de 1939.

Em 1944, casa-se com Dona Marília Piva de Ferreira Bandeira, amiga, esposa, irmã, conselheira, testemunha da sua peregrinação pelo próximo.

Sociedade sólida, a união de Zenon e Dona Marília rendeu frutos. E eles não fugiram à linhagem nobre da determinação.

Leatrice, Custódio, Ary, Cláudio, Túlio, José Davi e Lúcio Tadeu espelharam-se na vida do pai, para trilharem suas próprias caminhadas.

Zenon Bandeira concluiu Cursos de Extensão Universitária sobre "Introdução à Enciclopédia Jurídica", pela Faculdade de Direito de Curitiba (1957), "Direito do Trabalho", por professores das Faculdades do Rio Grande do Sul e da República do Uruguai (1958) e sobre a "Previdência Social" pela Faculdade de Direito de Curitiba (1966).

Graduado Técnico em Direito Social, ainda pela Augusta Faculdade de Direito de Curitiba, em 1957.

Possui inúmeros cursos e seminários na área cultural, jurídica e sociológica.

Fixando residência no Paraná, em 1954, portanto há trinta e cinco anos, ingressou na Secretaria de Estado da Fazenda, como Oficial Administrativo.

Delegado do Departamento Estadual do Serviço Público do Paraná, junto à Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, integrando, inclusive, a subcomissão para assuntos de pessoal.

Autou junto à Procuradoria Geral da Fazenda, no Tribunal de Contas do Estado, entre 1959 e 1960.

Pelo Decreto 36.024 de 24 de janeiro de 1961, nomeado Auditor Fiscal do Estado

do Paraná, vindo a aposentar-se em 1967.

Passa a atuar na iniciativa privada e vê despontar em si uma inquietante incessante preocupação com as causas sociais, com os mais carentes e necessitados.

Por sua atuação junto à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, assume, em 1984, a Administração do Patrimônio daquela Irmandade.

Em 1985, Conselheiro-Diretor da Santa Casa e, em 1986, eleito Secretário Executivo da Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná.

Em 1985, colegas, conhecedores de sua incansável luta pelos menos favorecidos, convidam Zenon Bandeira para encampar mais uma batalha: era o Instituto dos Cegos.

Não mediu esforços quando, com dedicação, emprestou abnegadamente, seu trabalho como Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Paranaense de Cegos.

Destaque-se que quando do exercício de tais funções, nunca descuidou da correção, da probidade, da honestidade que lhe valeu uma vida digna e respeitada, sem um níquel além do que lhe era devido, senão, como nas atividades beneméritas, sempre trabalhando graciosamente.

Homem ligado à vida cultural, de preocupações elevadas, Zenon Bandeira, o "Tio Zenon", como lhe chamam respeitosamente os amigos, participou como Vice Presidente, da Cooperativa Mista dos Servidores dos Estados do Paraná, em 1980 e 1983.

Membro efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, em 1982.

Diretor Cultural do Centro Catarinense do Paraná, triênio 87/89.

Membro do Comitê Paraná-Ohio, junto à Comissão de Educação, em 1986.

Não bastasse a vida profissional, a incansável atividade filantrópica e a intensa participação junto a entidades sociais e culturais, Zenon Bandeira teve a oportunidade, como poucos, de concretizar sua idéia, contribuindo, com lucidez, para a propagação da Cultura e da História.

Escreveu ensaios, como "XV de Novembro" (1966), "Machado de Assis" (1967), "Richard Wagner" (1967), "Rui Barbosa" (1968) e a monografia "Indústria do Seguro no Campo Social" (1972).

Zenon Bandeira ainda não descansa, continua na Irmandade Santa Casa de Misericórdia, auxiliando, emprestando sua colaboração a quem dela necessitar e divide seu valioso tempo, entre a exemplar família que sob a égide de dignidade construiu, e a ação social.

Roubamos-lhe, um pouco, o tempo.

Deixamos, na História do Paraná, um exemplo de vida.

PROJETO DE LEI N° 029/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES E AMIGOS DO HUMAITÁ, com sede e foro à Rua Onze, n. 08, Vila Grécia, bairro do Humaitá e foro na cidade de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Justificativa ao projeto de lei que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Humaitá.

A Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Humaitá congrega todos os moradores e amigos do Humaitá, (Monte Santo II, Vila Grécia, Jardim Alto Pinheiros e Jardim das Oliveiras) que venham se integrar à Associação, apoiando as suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade Civil, sem fins lucrativos, político-apartidária, autônoma em suas decisões, a Associação supra mencionada dedica-se, desde a sua fundação, em 18 de outubro de 1937, a estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos do Humaitá, no sentido do desenvolvimento e conquistas na condição de vida dos mesmos e da comunidade como um todo.

Reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente, em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e cooperativismo como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissos com seus deveres.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Humaitá tem realizado, na prática, um trabalho exemplar, na verdade, sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 030/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procura-

radores, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar vigentes em fevereiro de 1989, serão reajustados da forma abaixo:

I - A partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 40,00% (quarenta vírgula zero zero por cento).

II - A partir de 1º de março de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto n. 4215 de 25.11.88, mediante o acréscimo do índice percentual de 60,00 (sessenta vírgula zero zero por cento) calculados sobre os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto.

III - A partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 49,00% (quarenta e nove vírgula zero zero por cento);

IV - A partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal, Civil e Militar, dos três Poderes exceto quanto aos tratados acima mediante o acréscimo de 50,00 (cinquenta vírgula zero zero por cento)

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, fixar as tabelas de vencimentos relativas ao Artigo 1º, assim como reajustar, como antecipação, nos meses de abril a outubro de 1989, os vencimentos dos funcionários tratados na presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 07.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Algaci Túlio, Edmar Luiz Costa, Raul Lopes e Namir Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa restabelecer em parte o poder aquisitivo do servidor público estadual que vem sendo arrojado em seus salários desde a imposição do Plano Cruzado, passando pelo Plano Bresser e atualmente pelo Plano Verão.

Sabemos perfeitamente que através do artifício fraudulento e opressor o Chefe do Executivo vetou todas as reposições salariais do ano de 1989, alegando que o Estado deve adaptar-se às normas do novo pacote econômico, tendo em vista que se previa uma inflação de 30% (trinta por cento) ao mês, e com o novo pacote o trabalhador teve seu poder aquisitivo mantido, tendo em vista que a inflação foi estancada.

Ora, ilustres Parlamentares que compõem esta Egrégia Casa de Leis, sabemos que tais fatos são inverídicos e não condizem com a realidade, pois a reposição

salarial pretendida pelo projeto de lei vetado referia-se única e exclusivamente à reposição salarial ocorrida no ano de 1989. Por outro lado é público e notório também que durante os quarenta dias que antecederam o pacote econômico denominado "Plano Verão" a inflação chegou a 70% (setenta por cento) aproximadamente, não havendo dessa forma meio para evitar o arrocho salarial e a perda do poder aquisitivo de todos trabalhadores. Salienta-se também que sempre houve no seio do servidor público estadual a esperança de que o Chefe do Poder Executivo tivesse um mínimo de sensibilidade enviando orientação aos Deputados de seu partido no sentido de apresentar uma proposta que viabilizasse as condições de sobrevivência dos mesmos, mas tal fato não ocorreu, daí a principal razão de nossa preocupação em solicitar a todos os componentes do Legislativo Estadual que aprovem o presente projeto de lei, visando estabelecer a reposição salarial parcial do poder aquisitivo dos servidores públicos do Estado. Finalmente cumpre salientar que nesse projeto de lei não estão incluídos os integrantes da Magistratura e do Ministério Público tendo em vista o previsto pela atual Constituição Federal no tocante ao poder de iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 031/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Dia do Transportador Paranaense, a ser comemorado a cada ano no dia 12 de julho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A exemplo de outras categorias, pretende o projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, a instituição de data comemorativa em homenagem ao transportador de carga.

Não tem sido devidamente realçada, pelos que escreveram a história recente de nosso Estado - e do País - o verdadeiro papel exercido pelo transportador rodoviário de carga. De fato, desde os tempos pioneiros, o papel do transportador de carga pode ser comparado, até, ao desempenhado pelo tropeiro dos séculos XVII e XVIII, como favor de integração e de transporte de riqueza.

Nas últimas três décadas, o transporte rodoviário tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, que se notabiliza pela grande produção agrícola, especialmente de grãos. Do ponto de vista econômico, o transporte

rodoviário de carga é fator fundamental: sem ele e diante da ausência, no Brasil, de alternativas viáveis, os produtos de uma determinada região não chegam ao mercado consumidor. O transportador de carga antecipa-se, mesmo, à chegada de estradas praticáveis. Muito antes do asfalto, das pontes e demais infra-estruturas, lá está o caminhão, enfrentando buracos, atoleiros, rios e assaltantes. A história do transporte de heroísmo, dedicação e desprendimento.

Não se deve esquecer, também, o papel do transportador de carga no povoamento e viabilização econômica de inúmeras comunidades pelo interior do Estado e do País. Ao longo das estradas vão se formando povoados e vilas, ao lado de postos de abastecimento, com hotéis, lanchonete, oficinas mecânicas, borracharias e todas as demais atividades comerciais e de serviços, cujo mercado primordial é o caminhoneiro. Por tudo isso, entendemos justa e oportuna a homenagem que ora propomos.

PROJETO DE LEI N° 032/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A atividade de fiscalização das condições de segurança das edificações contra incêndios e outros sinistros, a cargo do Corpo de Bombeiros, incluirá a vistoria quanto à existência e as condições de manutenção de equipamentos de proteção contra descargas elétricas atmosféricas (para-raios).

§ 1° - Para efeito do disposto no artigo 1°, deverão ser observadas as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

§ 2° - Na hipótese de não ter o Corpo de Bombeiros pessoal técnico para as vistorias, poderão ser estas procedidas através de pessoa jurídica de direito privado, de notória especialização, mediante convênio, sem ônus para o Estado.

Art. 2° - Constatada a inexistência dos equipamentos referidos no artigo 1° ou alguma falha na sua manutenção, o Corpo de Bombeiros determinará que no prazo de 90 (noventa) dias sejam sanadas as irregularidades, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo Único - A instalação ou os serviços de correção das falhas de manutenção deverão ser necessariamente feitas por empresa qualificada na área com notória especialização.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos à apreciação dos nobres Pares, procura disciplinar a atividade fiscalizadora do Corpo de Bombeiros, corporação militar a quem incumbe a fiscalização das condições de segurança contra incêndios de edificações rurais e urbanas, nos termos da legislação de cada Município, no que diz respeito à existência e manutenção dos equipamentos de proteção contra descargas elétricas atmosféricas (para-raios).

Ressente-se a matéria de um disciplinamento mais consentânea com as normas técnicas aplicáveis. A fiscalização tem sido feita sem a atenção de critérios mais rigorosos, como seria aconselhável.

O Corpo de Bombeiros, não obstante a inegável dedicação dos membros dessa corporação, não está aparelhada técnica e em termos de efetivo, para uma fiscalização mais eficaz, para melhor elucidar, hoje nos 318 municípios do Estado do Paraná.

Apenas 28 municípios tem o Corpo de Bombeiros organizado. Daí porque o nosso projeto possibilita o concurso da iniciativa privada para auxiliar, sem ônus para o Estado, à tarefa do Corpo de Bombeiros o concurso de particulares ao Poder de Polícia do Estado, é admitido pelos melhores autores nacionais que se debruçaram sobre o assunto, não se admitindo, apenas, que o particular possa aplicar sanções.

O nosso projeto, por outro lado, cuida de disciplinar a questão de instalação e reforma do equipamento, exigindo deva ser feita por empresa especializada e qualificada na área, a fim de garantir pelos meios mais adequados, a segurança proporcionada pelo mesmo equipamento.

Contamos, para o projeto, com o apoio e as sugestões valiosas dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N° 033/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ATENAS I, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à coletividade de seu bairro, gratuitamente, informações dos mais variados segmentos, promovendo cursos profissionalizantes, palestras, reuniões, etc. Ade-

mais, a atuação da referida Associação tem como objetivo congregar os moradores do conjunto residencial, apoiando suas legítimas aspirações, e trabalhando por seus interesses e direitos, estimulando o espírito de solidariedade comunitária entre os moradores; fomentando serviços cooperativos; incentivando trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer, e em especial, a Associação vem desenvolvendo trabalhos de relevância como o atendimento a crianças carentes com pré-escolar, distribuição de tickets de leite ou mesmo cestas básicas, o que ao nosso ver, esses objetivos além de legítimos são ideais que atendem ao interesse da coletividade.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - No Pequeno Expediente...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, começam a se avolumar na Secretaria da Casa algumas mensagens e projetos bastante importantes, inclusive a mensagem do Poder Judiciário propondo um aumento aos membros integrantes daquele Poder.

As Comissões Técnicas desta Casa para o atual ano não foram ainda organizadas e nós acreditamos que as mensagens e os projetos que já se encontram na Casa não podem cair no erro capital de chegarem ao Plenário sem o parecer das Comissões Técnicas.

Assim sendo, eu requeiro a Vossa Excelência uma urgente reunião da Comissão Executiva com as Lideranças dos diversos Partidos para que resolvam, até amanhã, a formação imediata das Comissões Técnicas desta Casa para que os trabalhos continuem normalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Procede a questão de ordem de Vossa Excelência e esta Presidência vai tomar as devidas providências.

Eu solicito às Lideranças dos partidos políticos, com assento aqui nesta Casa, que façam as devidas indicações para as Comissões.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu insisto na reunião porque há um detalhe: já existe, de acordo com a Constituição, amparado pela Constituição Federal, um Bloco Parlamentar nesta Casa, o que altera a composição das

Comissões Técnicas. Há necessidade, portanto, primeiro de uma reunião da Executiva com as Lideranças para que estas, após a reunião e definidos os números que caberão a cada Partido o ao Bloco Parlamentar, promover as indicações dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Tão logo termine esta sessão Vossa Excelência fará contato e nós tomaremos providências para que os membros desta Mesa, juntamente com as Lideranças tomem as devidas providências sobre o assunto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, diante do grande interesse que se demonstra nesta Casa, até mesmo através das entidades constituídas em relação à Constituinte Estadual e como nós estamos tendo sessões pela manhã nas várias Comissões Temáticas, e à tarde também, eu proponho à Casa um entendimento entre as Lideranças Partidárias, para que as sessões plenárias da Assembléia Legislativa sejam efetuadas após o horário das 18 horas, não atrapalhando assim, as discussões em relação a Assembléia Estadual Constituinte.

E a minha proposição que, evidentemente, os Líderes das Bancadas vão analisar e decidir da possibilidade das Sessões Ordinárias começarem às 18 horas para que não haja atrapalhos no andamento da nossa Constituinte, a qual queremos terminar o quanto antes para evitar o desgaste da própria Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Eu solicito da mesma forma que as Lideranças façam o requerimento e encaminhem à Mesa para ser colocada em votação a sua proposta.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER - (12) Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados.

Registro para este Plenário e para os Anais desta Casa, nos quais peço transcrição, como se fosse por mim lido, do artigo assinado pelo jornalista e deputado Federal Ailton Cordeiro no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Ney Braga, o maior dos benfeitores do Paraná".

Não subestimo a capacidade de irradiação do jornal que acolheu o depoimento do nosso companheiro de partido e que aqui nesta tribuna tanto valorizou a classe po-

lítica paranaense. Faço o registro movido pelo mesmo impulso que levaram Ailton Cordeiro a escrevê-lo: "refrescar a memória dos esquecidos e ajudar a ensinar o imperativo de justiça aos mais jovens".

Reconhecidamente o País vive uma fase de transição, não falo do processo político, da passagem do autoritarismo para a democracia, mas de uma transição de mentalidade. Daí a crise que vivemos, natural nessas passagens de ciclo, quando mais do que nunca os líderes têm de provar capacidade de superar os desafios. Daí o mérito do artigo e sua atualidade, não só para restabelecer a verdade histórica mas para fazer justiça a um homem que, incalçavelmente, tem se colocado à disposição para a superação dos desafios que paranaenses e brasileiros têm pela frente.

Com exatidão o articulista situa Ney Braga como o divisor de águas entre o pioneiro Paraná isolado e o Paraná pujante e desenvolvido. "Ney não apenas montou os contornos de uma nova Curitiba e pouco depois de um novo Paraná. Ney formou homens e ofereceu as diretrizes de desenvolvimento que permitiram a consolidação da modernidade nas administrações seguintes. Foi ele quem deu a partida para a acelerada mudança em nosso Estado". Uma verdade incontestável e aí estão os frutos dessa sementeira que ninguém pode contestar. Do precursor da reforma fundiária no Oeste e Sudeste, do integrador do Norte e Noroeste com a chamada Rodovia do Café, ao criador da CODEPAR, do BADEP, da CELEPAR, do IAM, da SANEPAR, da FUNDEPAR e tantos organismos decisivos para integrar o Estado ao surto desenvolvimentista que o Brasil passou a viver nos anos 60, o Paraná deve a Ney Braga a sua modernidade, o equilíbrio regional, o desenvolvimento harmônico que o distingue dos profundos contrastes com que outras regiões do Brasil ainda têm de conviver.

Do político capaz, do administrador humanista Ney Braga fez-se uma expressão nacional, sem perder seu profundo vínculo com as raízes paranaenses. Hoje dirigindo a Itaipu Binacional acentua ainda mais este traço do homem público dedicado inteiramente a espalhar a justiça social e o desenvolvimento. Testemunho isso como representante da região Oeste, onde Ney Braga continua um semeador incansável de pequenas, mas importantes obras em favor da comunidade.

Este é o meu registro. Incompleto, inacabado, mas que, com a mesma motivação deste artigo, pretende reavivar a memória dos esquecidos e restaurar a confiança de que o Paraná ainda é lugar justo com seus benfeitores e por isso pode continuar semeando esperanças.

NEY BRAGA, O MAIOR DOS BENFEITORES
DO PARANÁ

(Airton Cordeiro)

Na política como em outras atividades humanas, a marca da competência e da lealdade à causa popular, contempla fartamente a alguns. São aqueles, a meu ver, que, interpretando os clamores e as necessidades de seus concidadãos, são capazes de enxergar além do imediato. Assim é como Sabin na medicina, Niemeyer na arquitetura, Pelé no esporte, que inscreveram em suas biografias o sinal da sabedoria.

Ao longo de minha vida pública, toda ela montada e vivida no Paraná e para o Paraná, fiz da observação de tais traços de personalidades bem mais que um gesto diletante. Foi até imposição profissional, de início, como jornalista. Por dever de ofício fui levado a fazer comparações e aprofundar meu conhecimento sobre os melhores. Assim, identifiquei com Manoel Ribas, alma caridosa, o rigor e a eficiência de administrador para seu tempo; em Pedro Viriato Parigot de Souza, com quem tive o privilégio de trabalhar, que instituiu que o futuro do Paraná exigia seriedade na administração e comprovada competência no planejamento; em Bento Munhoz da Rocha Netto, outros de insuspeitas qualidades intelectuais, raro intérprete verbal dos anseios do seu povo. E o mais consagrado de todos, Ney Braga, político que abraçou todas as nossas tradições, destemido participante dos embates eleitorais. Com Ney, a capacidade de sonhar, de planejar e de realizar, nunca capitulou.

Quando decidi escrever este artigo e analisar alguns traços da personalidade de Ney Braga, e seu papel no desenho moderno do Paraná, meditei. E reconheço que me autoproclamei policiado, para saber manter o distanciamento crítico. Por quatro anos estive politicamente longe de Ney Braga. Eu Deputado Estadual e Ney Braga presente nas articulações políticas nacionais. Fui um de seus líderes na Assembleia Legislativa de 1979 a 82, e nunca recebi de Ney, qualquer pedido para aprovar matérias irregulares, imorais ou de menor importância para o Paraná. Por conhecer e respeitar Ney Braga, é que, mesmo longe dele politicamente durante quase todo o meu segundo mandato de deputado estadual e parte do meu atual mandato de deputado federal, nunca deixei de fazer-lhe a justa homenagem pelo Paraná moderno e sério que nos legou.

Falo de Ney Braga com tranquilidade. De companheiro e temporariamente adversário político. Sem favor, a vida desse paranaense não se dissocia do nosso tempo de glórias.

Preferi fixar-me num aspecto de caráter de Ney Braga: o homem político que ne-

Curitiba, terça, em 07.03.89

le existe. E neste traço, e a partir dele, é possível divisar e compreender todos os demais. Militar antes de político, Ney guardou da vida da caserna a rigorosa disciplina para o ordenamento de seu universo pessoal e do grande universo a que veio servir, o Paraná e o Brasil.

O político nasce assim, com vocação pública, tenha ele uma farda, uma botinha, uma toga ou um macacão de operário. E Ney é político, uma expressão de vida que, nele, não pode admitir a conjugação do verbo no pretérito.

Talvez o historiógrafo o identifique, no grande palco, inicialmente, na Prefeitura de Curitiba. Mas, o político já havia passado pelo menino irrequeto e líder das ruas carregadas de história e de feitos épicos da sua Lapa, e, depois, nas escolas militares. Mas o que ganhou o Paraná, com o emergir do homem político, na sua plenitude? Simplesmente o Paraná mudou. Não mais seria o mesmo, a partir de quando, depois de incansável batalha em busca de votos, Ney Braga foi empossado prefeito de Curitiba, para fazer uma escola política. A melhor de que o Paraná tem conhecimento, com Jaime Canet Júnior, Saul Raiz, Karlos Richbietter, Paulo Pimentel, Jaime Lerner, Maurício Schulmann, Celso da Costa Sabóia, entre outros.

Ney não apenas montou os contornos de uma nova Curitiba e pouco depois de um novo Paraná. Ney formou homens e ofereceu as diretrizes de desenvolvimento que permitiram a consolidação da modernidade nas administrações seguintes. Foi ele quem deu a partida para a acelerada mudança em nosso Estado.

A percepção política de Ney permitiu a elaboração de diretrizes político-administrativas capazes de combater o isolamento do estado em relação à Nação e às regiões geoeconômicas do Paraná entre si. Ligá-las, pois, era preciso, como preciso também seria exorcizar o distanciamento do Paraná em relação ao Brasil e a um mundo que dava os primeiros sinais de que, anos depois, consolidaria o projeto da chamada aldeia global.

Com essa percepção do homem político, Ney Braga promoveu a grande revolução que alguns analistas da terra - como Samuel Guimarães da Costa - têm feito a exegese.

Da França, Ney trouxe padre Lebrez, aquele que levantaria, com sua escola em que se aliavam economia e humanismo, as premissas de uma nova ordem de desenvolvimento. E que, como frutos imediatos (seria preciso citar o Badep, o Banestado, a Copel, o sistema rodoviário estadual, o planejamento, a demissão de funcionários ociosos, a moralidade na administração e uma nova concepção de fazer política de desenvolvimento), apontaria o nascimento

de toda uma geração de notáveis paranaenses. Homens públicos que não só foram parceiros do líder Ney Braga na missão de modernizar e fazer o Paraná contemporâneo do futuro, como depois, muitos deles, tomaram seus próprios caminhos.

Alguém costuma me recordar a expressão de Cristo. "pelos frutos conhecereis a árvore".

Pergunto: árvore ruim dá bons frutos? A pedagogia política do hoje presidente da Itaipu Binacional, primeiro prefeito eleito de Curitiba, duas vezes governador do Paraná e duas vezes ministro de Estado, - da Agricultura e, depois da Educação, às vezes é maldosa e distorcidamente tomada como espírito autoritário. O que existe no líder político de maior calibre que o Paraná já produziu, divisor de águas da história deste Estado, é um profundo apego à coerência: é coerente com as suas idéias, é fiel ao amor que tem pelos paranaenses e é um tenaz construtor do progresso. E de suas metas Ney Braga não abre mão. Por isso, governador Ney Braga, os paranaenses de memória, caráter bem formado e que santificam a verdade, nunca se arrependem de render-lhe justas homenagens. Mesmo os seus adversários, especialmente os que não suportaram o passar do tempo, tragados pela inércia de quem viveu sem fazer e não fazendo, ainda assim, não tiveram ou não têm, a grandeza sábia de fazer justiça. Se Ney Braga fizesse concessões, diante do murmúrio da oposição sem compromisso com a verdade, não teria o traço da sabedoria política e a paciência dos tolerantes com os pobres de pensamento e grandes na sordidez da calúnia, da infâmia, da difamação e da injúria. Pelos que conhecem a história do Paraná, Ney sempre será citado com o maior benfeitor do nosso tempo. Nem os anos que passaram e nem as divergências políticas que já tivemos, impedem que eu diga de Ney Braga o que penso, para refrescar a memória dos esquecidos e ajudar a ensinar o imperativo de justiça aos mais jovens.

(a) Airton Cordeiro
Deputado Federal pelo PFL"

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, no Horário das Lideranças consulto à Liderança do PDS se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do PDC:

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio por 6 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ainda dentro da proposta feita minutos atrás de nós mudarmos o horário da sessão plenária normal para após as 18 horas a fim de que os trabalhos da Constituinte possam se desenvolver normalmente e possa haver também um aproveitamento melhor das discussões, porque neste exato momento enquanto realizamos aqui a sessão normal estamos tendo um fórum no plenarinho de uma importância muito grande para todos nós Parlamentares. Então, fica uma parte dos Parlamentares lá embaixo, outra parte no outro plenarinho e outra parte aqui na Assembleia. Não há quórum aqui, não há quórum nas comissões e nós perdemos com isso.

Então, essa é a minha proposta de que nós poderíamos passar a fazer as sessões normais às 18 horas e teríamos o dia todo à disposição dos trabalhos da Constituinte.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me permite um aparte. (Assentimento)

Vossa Excelência traz um problema a ser resolvido por esta Casa que já vem sem solução há muito tempo. Hoje nós já não sabemos qual é o horário que nós temos para as sessões ordinárias da Assembleia Constituinte Estadual. Por isso, nós concordamos com a Presidência, nobre Deputado José Afonso Júnior, quando diz que deverá haver um entendimento entre as Lideranças do Partido porque o Regimento Interno prevê o horário das 14:30 horas, ou seja, apresentando um projeto de resolução alterando o horário, mas Vossa Excelência apresente uma proposta que realmente faça com que possamos ocupar as reuniões de todas as comissões temáticas da nossa Assembleia Constituinte Estadual.

Por isso, nós parabenizamos Vossa Excelência pela proposta e cremos que as Lideranças irão apoiá-la e passar a um entendimento maior, a vigorar a partir desta data.

Era isso, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela.

Senhor Presidente, além disso também trago para a discussão de todos os Parlamentares sugestão a respeito de promovermos mais a nossa Constituinte Estadual. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, apresenta à consideração da Assembleia Constituinte Estadual, em forma de sugestão, o que abaixo se segue:

Considerações Diante da importância da elaboração da nova Constituição Estadual, nada mais natural que os meios de comuni-

cação de massa, tenham interesse e até mesmo o dever cívico, na divulgação dos trabalhos da Constituinte Estadual. Assim sendo, tem o presente objetivo de apresentar algumas sugestões que, aproveitadas, poderão trazer um alto rendimento para o desenvolvimento da AC, a custos insignificantes para os cofres públicos. Tais sugestões visam abrir caminho para outras, apresentadas pelos Senhores Deputados, com a mesma finalidade: valorizar e divulgar os trabalhos da Assembléia Constituinte.

1- Imprensa

1.1 - Elaboração do "Jornal da Constituinte", formato tablóide de quatro páginas, de circulação semanal. Poderá ser confeccionado pelos jornalistas lotados na Casa, a custo zero, com a impressão podendo ser feita pela Gráfica da Assembléia ou pela Imprensa Oficial, para circular encartada "graciosamente ou a custo mínimo", nos principais jornais diários do Estado. O papel poderá ser conseguido através do apoio da iniciativa privada.

1.2 - Anúncios: na imprensa escrita, falada e televisada. Poderão ter o patrocínio de empresas paranaenses, como redes bancárias. Exemplo: o BANESTADO e BAMERINDUS oferecem apoio às áreas cultural, desportiva e outras, patrocinando eventos, fazendo inserções em rádio, televisão e jornal destes.

2 - Cartazes, Panfletos e Outdoors

2.1. Desenvolver, através dos Sindicatos, das Agências de Propaganda do Paraná, campanha de criatividade, nos moldes seguintes: Os Sindicatos seriam encarregados de abrir concorrência ou selecionar as agências de publicidade interessadas, para que as mesmas apresentassem sugestões na parte de criação - desde anúncios que veiculariam nos jornais, filmes para TV, jingle's para rádio, até cartazes e outdoors. Seria como anúncio institucional da agência, assinado pela mesma e pelo veículo de divulgação. (Exemplo: como no caso do Jornal: "A hora é agora: participe ..." com a assinatura da ABC propaganda e Jornal "Tribuna da Cidade"). O mesmo critério seria usado para todos os veículos.

2.2 Colocação de cartazes: utilização de todos os meios ao alcance, através da afixação em ônibus ("a mais eficaz mídia do mundo"), escolas, igrejas, teatros, repartições públicas, centros esportivos, locais apropriados nas vias públicas. A distribuição seria feita para afixação, através das Câmaras Municipais, órgãos públicos, entidades sindicais, etc.

3. Comissão de Divulgação

3.1 - Criação de uma "Comissão de Divulgação" dos trabalhos da Constituinte. Comissão integrada pelos profissionais da imprensa, pertencentes aos quadros do Le-

Curitiba, terça, em 07.03.89

gislativo, auxiliada, na parte burocráticas, por funcionários, também da Casa, e presidida por um membro Constituinte.

4. Reuniões com Lideranças da Sociedade

4.1 Realizar, periodicamente, reuniões com entidades classistas, com lideranças da sociedade organizada, visando a apresentação de sugestões para a agilização dos trabalhos e críticas dos já desenvolvidos pela Constituinte.

4.2. Motivação: para motivar o interesse das entidades, serão utilizados alguns funcionários do Legislativo para contatos diretos, além do feito pelos próprios Senhores Deputados Constituintes, através de seus gabinetes.

5. Estrutura

5.1 Utilizar a própria estrutura da Assembléia: pessoal, gráfica, profissionais da imprensa, advogados e verba própria, consignada para despesas com a Constituinte.

5.2 Apoio do Governo do Estado: o Governador Álvaro Dias tem sido um defensor da Assembléia Constituinte, pelo que se poderá contar com o apoio necessário através de órgãos como: BANESTADO, SANEPAR, COPEL, TELEPAR, CELEPAR etc.

6. Conclusão

Quando da elaboração da Constituição Federal, foi mobilizada campanha nacional de grande vulto, através de todos os meios de comunicação de massa, visando exatamente despertar o interesse da comunidade. Os resultados, quer nos parecer, foram satisfatórios. Já estamos há mais de dois meses da instalação da Assembléia Constituinte Estadual e até agora não se recebeu mais do que uma ou duas dezenas de emendas populares. O que demonstra desinteresse, ou falta de informação, da população. Diante de tal situação há que se temer que os Deputados Constituintes terão que elaborar a nova Carta Magna Estadual sozinhos, sem a participação popular, pondo em risco, conseqüentemente, sua credibilidade, sua legitimidade e expectativa. E o que é mais grave: poderemos ter uma "Constituição de Gabinete", a exemplo do já ocorrido no negro passado da democracia brasileira. Esta a razão e a justificativa para a apresentação destas SUGESTÕES PARA DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL.

Assembléia Constituinte.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.02.89.

(a) ALGACI TÚLIO".

É a colaboração que nós trazemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que possamos ter uma divulgação maior dos trabalhos que são feitos aqui na Assembléia. Por exemplo, tivemos já sessões pela manhã em várias Comissões Temáticas e nós não vimos quase nada de divulgação através da

imprensa. Então é preciso se criar realmente esta comissão, Comissão de Divulgação, para que nós possamos realmente ter uma divulgação dos trabalhos que a Assembleia Constituinte Estadual está fazendo.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, no Horário das Lideranças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas.

O Deputado Algaci Túlio aborda assunto da maior importância, interesse e da maior oportunidade também, com relação à publicidade que se deve dar à ação, aos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual.

Somente a Assembleia poderá receber um número maior de contribuição da população, na medida em que for maior a publicidade, se possível, que todos os paranaenses tenham conhecimento de que há um processo sendo desenvolvido, com prazos estabelecidos, com Regimento e, inclusive, com data fatal que é 5 de outubro.

Quero também, e pelo mesmo motivo da presença do Deputado Algaci Túlio, dizer que há uma necessidade premente e urgente de que nós façamos uma reunião dessas Lideranças das Bancadas, dos Presidentes e senhores relatores das Comissões Temáticas, e mesmo da Comissão Constitucional, presidida esta Comissão pela Mesa Diretora e pelo Presidente da Assembleia Constituinte, o Deputado Anibal Khury para, inclusive, determinar alguns caminhos a serem seguidos. Esta reunião já devia ter acontecido. Não aconteceu. Houve prejuízo aos trabalhos das temáticas? Creio que não, mas se isso não acontecer imediatamente nesta semana, que se tome algumas diretrizes para o encaminhamento do processo, do trabalho constituinte porque, repito, nós temos prazos estabelecidos em Regimento, dificilmente esta Casa vai discutir, fazer e votar a melhor Constituição.

Quero dizer, também, que ontem, o Deputado Luiz Alberto Oliveira fez a entrega ao Presidente da Comissão Constitucional, na Presidência da Assembleia Constituinte de uma proposta de anteprojeto de constituição, anteprojeto que tantas vezes foi discutido da sua oportunidade ou não, de ser um documento inicial, e o Deputado Luiz Alberto Oliveira, ontem, apresentou na forma de sugestão, que qualquer Bancada, qualquer Parlamentar poderá fazê-lo e a Comissão Constitucional encaminhará em seguida às Comissões Temáticas, tantos quantos projetos desta natureza: anteprojeto, estudo, sugestão, apareçam, porque todos eles serão da maior valia, da maior oportunidade e serão imprescindíveis

para os trabalhos iniciais das Temáticas.

Sr. Presidente, concluindo, queria dizer que levado pelos anúncios dos jornais, especialmente e pela atenção que devo à imprensa e àqueles que nela labutam e trabalham, dizer que o meu voto com relação do veto governamental acerca dos 39% dos resíduos salariais, cuja proposta foi iniciativa do Sr. Governador e por ele mesmo vetada, e esta Casa votou na semana passada em escrutínio secreto, que é dispositivo regimental e que, para este Deputado que é Oposição desde 1982, ao PMDB no Paraná em função de termos tido no PFL candidato a governador em 1982 e em 1986, Líder da Bancada dois anos, não se justifica, em hipótese alguma, e não aceito que haja dúvidas quanto ao meu voto por ele ter sido secreto, e pelo meu comportamento nesta Casa por quase 20 anos não precisa, em tempo algum, o voto secreto. O meu voto, o meu gesto, a minha palavra é aberta. Tenho que dar satisfações àqueles que me mandam para cá.

Há alguns anos, companheiros amigos, já que não tenho grandes empresas, não tenho estruturas econômicas que me mandam para cá e que me mantêm aqui por estes anos, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço estas declarações em respeito à imprensa e aos seus profissionais e, também, sem dívida, àqueles que me conhecem e que me conhecem menos, de que a minha condição aqui é aberta e não é agora ao entregar ao ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto a Liderança do meu Partido, que mudaria eu de comportamento, mesmo porque, não vejo nenhum motivo para ter votado a favor do veto do Sr. Governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina.)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Com a palavra, o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna nesta tarde é para fazer um alerta à Mesa deste Poder, como também aos Srs. Deputados.

No ano passado aprovamos uma Lei que estabelecia no Art. 8º, § 2º, o princípio de que o pagamento do IPVA seria feito de acordo com o calendário aprovado pelo órgão federal que tradicionalmente tem estabelecido o calendário nacional para o recolhimento de tributos.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, contrariando a própria lei, a Secretaria das Finanças elaborou um calendário próprio antecipando em até 180 dias a cobrança deste imposto.

Ora, se a Administração Pública Estadual julgasse mais conveniente fazer a antecipação, por que não submeter a esta Casa um novo projeto de lei? Acredito que não haveria, até, dificuldades para a aprovação do projeto, mesmo porque os Partidos de apoio ao Governo constituem a maioria nesta Casa, mas o simples ato do Secretário de se sobrepor a uma Lei, constitui-se em uma irregularidade que poderá gerar, inclusive, medidas judiciais que acabarão resultando em prejuízo ao próprio erário público, além dos aborrecimentos, do transtorno que poderão ocorrer àqueles que quiserem fazer valer os seus direitos. Deixo este alerta pedindo as providências, inclusive, da Comissão Executiva nesse particular, para que sejam tomadas a tempo, ainda, as medidas corretivas, pois enfim, os Poderes Públicos têm a obrigação de respeitar as normas legais, e não simplesmente tomar decisões que mais convenha a um ou outro órgão, sem levar em conta a norma que deve ser obedecida.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan. Vossa Excelência tem 6 minutos, regimentalmente.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu gostaria de ocupar o horário do PDS, após o eminente Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Essa Presidência com muita honra, defere, e concede a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

Posteriormente, esta Presidência concede a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme lido no expediente, acabo de apresentar perante esta Assembléia Legislativa, projeto de resolução proibindo a nomeação de parentes de Deputados na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Na justificativa e reconhecimento, tanto é

que assim o fiz, não me traz a proposta o caráter de ter sido eu o inovador, de ter esta minha proposição a origem aqui no Paraná.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, após as denúncias no Jornal do Brasil, dando conhecimento da nominata de parentes nomeados no Congresso Nacional, sugeriu e absorveu a idéia de se regulamentar a nomeação de parentes.

A própria Constituição assim o faz, quando da preferência para nomeação dos cargos comissionados dos funcionários de carreira.

Ora, a própria Constituição Federal, com esses dispositivos dá o recado claro aos administradores.

Ela exige em primeiro lugar, a realização do concurso público, e em segundo lugar, determina já que não tornou regra absoluta, que os cargos comissionados sejam preenchidos, de preferência, por funcionários integrantes do quadro técnico e profissional, conseqüentemente, funcionários que passaram pelo crivo do concurso público.

Ou nós valorizamos esses dispositivos, recentemente aprovados na Constituição, ou a sociedade brasileira continuará pensando que os parlamentares e políticos são aqueles que fazem as coisas às escuras.

Já ouvi comentários que o meu projeto é demagógico, é demagogia combater o nepotismo, se o Filósofo "Bobbio", e não é nenhum revolucionário, o filósofo "Bobbio", é um homem integrado a corrente liberal européia, no seu dicionário sobre política, inclui o nepotismo, no verbete de corrupção.

Seremos nós, então, capazes de argumentar que é demagógico o nepotismo, a proposta de combatê-lo? Se ele está incluído no elenco da corrupção, ele é vizinho da peita e do suborno.

Alguns me perguntaram e me disseram até onde vai essa demagogia? É demagógico o silêncio, incluindo a nomeação de parentes, a nomeação da família, se faz às escuras? Porque é que está acontecendo todo esse debate? Seria muito simples dizer que querem mexer com o Parlamento, querem esculhambar com o Parlamento, denegrir o Parlamento.

Ora, isso hoje se debate, este Brasil, este País está sendo rasgado, hoje, de cima em baixo, ele está sendo dilacerado. Nós estamos fazendo com que as vísceras do Brasil se exponham. E por que é que está acontecendo isto? Porque nós estamos vivendo democracia. Estamos vivendo democracia embasada numa constituição legitimada. Ora, o povo acredita, então, que o projeto democrático é permanente. Por ser permanente este projeto democrático e democracia tem que ser transparência, discussão,

denúncia, é que todos estes assuntos afloram. Assim como afloram os questionamentos ao Ministro Cardoso Alves, não vão aflorar outros assuntos, neste País. Nos momentos obscuros, se não fosse o momento democrático, não seria questionado, ninguém falaria, a imprensa pouco espaço daria a uma viagem que causou espanto ao Brasil, a viagem do estadista Paes de Andrade. Vejam, então, que a partir do projeto democrático permanente, todos os assuntos que interessam ao povo são importantes. Desde uma viagem de um presidente, de um dia, até a exportação de algumas milhares de toneladas de café e açúcar. Mas, não só isto. Até a nomeação do cunhado, do tio, do irmão, da mulher, da mãe também tem a mesma dimensão.

Esta minha proposta não é específica e na minha justificativa, em nenhum momento, eu falo em moralização. Ela não é uma proposta moral. Ela é ética. Mas, é acima de tudo, constitucional. Ela quer dar regulamentação àquilo em que o Constituinte não foi absoluto, dando a preferência de nomeação dos cargos em comissão aos funcionários de carreira. Nós, que estamos num momento de Constituinte, temos que ter a sensibilidade de saber interpretar este momento, ansiosos e transparentes em que nós adentramos às vísceras da Nação, aos seus vícios, nas suas heranças...

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Vossa Excelência tem 30 segundos para concluir.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para concluir? Infelizmente não poderei dar o aparte a Vossa Excelência.

Para concluir, não é demagógico, o projeto. É um projeto que merece a reflexão de todos nós. É um projeto que propõe e vejam, restrinjo-me apenas à Assembleia Legislativa, que a partir desta reflexão interna e da decisão que eu creio será pela aprovação, a Assembleia se municiie do "munus" popular para exigir que esta idéia se expanda em todos os órgãos: Poder Executivo, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e tantos outros órgãos, como empresas de economia mista, empresas públicas. Agora, o exemplo tem que partir daqui, agora, e já.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, no horário do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, nobres Senhoras e Senhores Deputados.

Desejo, ainda que rapidamente, abordar dois temas anteriormente levantados nesta tribuna. Um pelo Deputado Algaci Túlio e

outro pelo Deputado Basílio Zanusso, ao tempo em que justifico ao Plenário a apresentação de projeto de Constituição Estadual, que ontem entreguei às mãos do Presidente da Comissão Constitucional desta Casa.

Apresentei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este projeto, como um roteiro, como um caminho, como uma tentativa de abrir ao debate da Assembleia Legislativa, os temas mais palpitantes do nosso Estado.

Não tive, como nunca terei, a pretensão de apresentar projeto acabado, perfeito. Ao contrário, ele é um esboço e certamente a sociedade paranaense pelos seus diversos órgãos representativos e, especialmente, os eminentes Deputados Estaduais do Paraná trarão as suas luzes, a sua experiência, a sua vivência para que possamos fazer neste Estado uma Constituição compreendida e amada. Porque compreendida e amada ela será uma Constituição respeitada e, sendo respeitada, será cumprida por todos os brasileiros do Paraná.

Trago também Senhoras e Senhores Parlamentares a experiência de quem acompanhou mais de perto por dever do ofício os trabalhos da Constituinte Nacional.

Fizemos diversos encontros em Brasília e em outras capitais do país para analisar o processo constituinte federal e o processo constituinte estadual.

Recordamos que, em abril, num painel onde se discutia regimento interno com a presença de alguns eminentes Parlamentares desta Casa como o Deputado Cândido Bastos, o Deputado Werner Wanderer, o Deputado Ezequias Losso, o Deputado Nereu Carlos Massignan e outros Senhores Parlamentares, nós tivemos a participação do mestre Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, do Relator Bernardo Cabral, do Relator do anteprojeto Fernando Henrique Cardoso, do Presidente da minha Bancada Senador Jarbas Passarinho e todos eles unanimemente, recomendaram aos Parlamentares de todo Brasil que ao invés de começar do nada as Constituintes Estaduais, deveriam ter um roteiro básico para que pudessem, dentro do prazo previsto, estabelecer-se a Constituição mais adequada à realidade de cada Estado.

Dentro dessa orientação é que proponho aos eminentes Senhores Parlamentares um projeto de Constituição que certamente será reformado, emendado, discutido, amplamente analisado pela sociedade paranaense.

Mas, desejo, também, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, lançar um desafio à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado e também ao Deputado Algaci Túlio que cobrou há pouco instantes uma maior divulgação dos trabalhos da Constituinte

Estadual.

Tem razão, Sua Excelência, o tema que há de dominar a vida política estadual neste ano a nível regional há de ser a Constituinte Estadual.

Pois bem, preocupados com isto os Deputados Estaduais brasileiros congregados pela União Parlamentar Interestadual fizeram um acordo com a ABERT que é a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão para que a ABERT conforme telex que tenho em mãos e que peço que a Presidência o considere lido e faça chegar a todos os eminentes Parlamentares, há um compromisso das cinco grandes emissoras de televisão e de rádios do País, em destinar um horário de 20 minutos, na sua programação semanal, para a cobertura de trabalhos, nas Constituintes dos Estados.

Creio que esta é uma fórmula que a Mesa Executiva da Assembléia, e o Deputado Algaci Túlio é um de seus componentes, possa encontrar para uma divulgação dos trabalhos da Constituinte.

Por último, desejo, Senhor Presidente, agradecendo a sua tolerância, hipotecar a minha mais absoluta solidariedade ao eminente Deputado Basílio Zanusso, a quem aprendi a respeitar e admirar, no longo convívio que mantemos nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior).- Esta Presidência defere esta citação e fará chegar o seu telex a todos os Senhores Deputados.

No Horário da Liderança do PMDB concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro eu digo ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, da Bancada do PDS, que eu concordo, inclusive recebi no meu gabinete. Ontem à noite fiquei apreciando uma minuta do Deputado Algaci Túlio, aonde a Assembléia poderia, Senhor Presidente, Senhores Secretários, divulgar os trabalhos da Constituição Estadual.

Agora eu acharia, Deputado Luiz Alberto, que nós deveríamos divulgar, se um Deputado apresentar apenas uma emenda ele deveria ter o mesmo espaço para divulgar a sua emenda e o seu ideal. Estou apresentando uma série de emendas, mas a emenda que é o meu sonho, o meu ideal nesta Casa, é fazer com que todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná tenham advogados, assistentes sociais e psicólogas para dar atendimento às Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

É um sonho, é um ideal que eu venho plantando desde o início de carreira, no rádio; fazer com que um dependente de dro-

gas, quando adentre numa Delegacia de Polícia, tenha, na psicóloga um atendimento, tenha na assistente social um atendimento, e tenha também no advogado um atendimento; a família pobre tenha um atendimento dentro das Delegacias de Polícia do Estado do Paraná e vamos abrir emprego às psicólogas que saem das Universidades, às assistentes sociais, e aos advogados que saem das universidades, e que, às vezes, demoram para montar a sua banca e que poderiam estar ganhando dinheiro já, através do Governo do Estado. Então, concordo que seja divulgado o trabalho da Assembléia Constituinte Estadual, como diz Vossa Excelência, desde uma pequena emenda até trezentas ou quinhentas emendas, mas que, cada Deputado vá à televisão, ou seja, à Rede Globo, à Rede Manchete, à Rede do Doutor Paulo Pimentel, à Rede OM, à Televisão Cultura e todos desabafem ali os seus ideais e mostrem ao Paraná os seus sonhos, a sua vontade de trabalhar e fazer uma Constituição que não vá ao encontro do rico, mas sim da família pobre paranaense!

E outra coisa que foi levantada no Plenário desta Casa, agora pelo Deputado Algaci Túlio.

Nós chegamos na Assembléia, Senhores Deputados, me perdoem, mas vamos dizer a verdade, os gabinetes estão superlotados e nós temos que atender os Gabinetes.

Ainda há pouco recebi um grupo de médicos de Londrina, que vieram aqui debater alguns aspectos da saúde na Constituição Estadual. Você não sabe se fica no gabinete atendendo, ou se corre ao plenário, ou se participa das reuniões de alguma Comissão Temática desta Casa.

Então eu gostaria Senhor Presidente, Senhor 1º Secretário Tadeu Lúcio Machado, votei no Senhor para que o Senhor assumisse o seu cargo nesta Assembléia, eu acho que nós deveríamos acatar a decisão do Deputado Algaci Túlio, e acredito que a totalidade desta Casa. De manhã, durante o dia, nós poderíamos participar das Comissões Temáticas.

Eu que não escolhi ser membro de nenhuma, dado os meus afazeres, a minha corrida com o meu trabalho, com o meu gabinete, mas tenho o direito de participar de todas elas, discutir e de dar as minhas idéias.

Eu acharia que durante o dia a Assembléia deveria estar voltada às reuniões das Comissões Temáticas, aos nossos encontros de gabinetes também, e a partir das 6 horas da tarde deveríamos estar todos aqui, já que estamos em Constituinte, de segunda a domingo, trabalhando todos os dias, realizar as reuniões normais desta Casa, para, durante o dia termos condições de debater amplamente a Constituição do

Estado do Paraná.

Por isso é que eu concordo e fico com o Deputado Algaci Túlio. Gostaria que a Mesa analisasse, agora não existe partido político aqui dentro, não tem PDT, PT, ou PTB, ou PSDB. O que temos aqui são Deputados, cada qual representando uma parcela do Paraná para fazer uma Constituição Estadual. Então vamos dar esta idéia. Se já estamos trabalhando pela Constituição, porque não trabalharmos de dia e à noite também?

Então fica aí um grito de alerta, também, do Deputado Luiz Alberto Oliveira que levantou o problema da divulgação desta Constituição em termos de imprensa, como aparecia em rede nacional a Constituição Federal. Por que não, cada Deputado que aqui está comparecer, não só à televisão, mas nós poderíamos e o certo até seria comprar um espaço em todos os jornais da capital e do interior, e nesse espaço os jornalistas lotados aqui na Assembléia Legislativa apresentariam as idéias de cada Deputado, a proposta de cada Deputado, a emenda de cada Deputado, para que o Paraná inteiro tomasse conhecimento do que está acontecendo na Assembléia Constituinte Estadual e espero que seja colocado em prática.

Senhor Presidente, o Senhor me entendeu? São idéias, e eu acho que essas idéias têm de ser colocadas em prática, Senhor Presidente. Vamos começar um tempo novo aqui nesta Assembléia, vamos começar já com essas idéias que foram colocadas em Plenário. Vamos trabalhar, e vamos fazer uma Constituição forte para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Antes porém, comunicamos que o vice-Presidente deixa os trabalhos para participar da Comissão de Temática de organização do Estado e Municípios que está sendo realizada no Plenarinho desta Casa com o Prefeito de Curitiba e o ex-Ministro Deni Schuartz.

Sobre a Mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 09/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 01/89), objetivando autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, a alienar o lote de terreno n. 1-A, da zona "D", situado no quadro urbano de cidade de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação n. 01 da matrícula n. 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 72/88 (Mensagem n. 86/88 ex-Proposição n. 81/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 26.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Município de Prudentópolis, com a participação do DECOM, objetivando a construção de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas do município acima mencionado. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 73/88 (Mensagem n. 92/88 ex-Proposição n. 89/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 08.06.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Capanema e da Lapa, objetivando promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 74/88 (Mensagem n. 59/88 ex-Proposição n. 62/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, e Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referencia o Decreto Governamental n. 9.949, de 14.01.87, que aprova os orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Em-

presas Públicas do Estado, para o exercício financeiro de 1987, com as receitas, despesas e programas detalhados. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 121/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que proíbe no Estado do Paraná a caça e pesca predatória, assim como os esportes, espetáculos e atos públicos ou privados que envolvam maus tratos ou a morte de animais, independentemente de sua espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica e de sua quantidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 152/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã dos Moradores de Palmeiras - ACRIMOPA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 176/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina Rodovia Oscar Virmond de Arruda o trecho da PR-082, compreendido entre o Rio Ivaí até Placa Luar no Município de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 178/88, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o Lar Belavistense de Promoção Humana, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 182/88, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública e Sociedade das Irmãs Teatinas, com obras assistenciais nos Municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 184/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que cria o Município de Godoy Moreira, "ad referendum" do resultado do plebiscito ser realizado, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de São João do Ivaí, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

188/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Professor José Elias da Rocha, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 190/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Elzira Correia de Sá, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 200/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a DEFESA - Associação de Defesa Ambiental e Cultural de Castro - Pr, com sede e foro na cidade de Castro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 75/88 (Mensagem n. 49/88 ex-Proposição n. 57/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referenda nos termos do artigo 5º, da Lei n. 8.666 de 14.12.87, os orçamentos das Fundações Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1988. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Neiwo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, requerimento de nº 127, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 105, de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 106, de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 102, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 114, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 124, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 125, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 023, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 022, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 046, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 126, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 052, de autoria das Senhoras Deputadas Irondi Pugliesi, Amélia Hruschka e Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1171, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

06 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, às 15:00 horas, uma Sessão Solene da Assembleia Constituinte Estadual, ocasião em que serão entregues as reivindicações do Fórum Paranaense pelos direitos da mulher.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 09, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 09/89 e dos Projetos de Resolução de nº 72 a 75/88

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 204, 212, 233, 234 e 240/88.

Levanta-se a sessão.